

Extermínio, genocídio e juvenicídio:

Quando a ferida aberta pela perda de estudantes se transforma em um projeto de pesquisa e resistência.

Lucilaine Reis

RESUMO: A escola é lugar de complexidade e desafios. Um dos grandes desafios da atualidade, em especial para a educação pública brasileira, é o reconhecimento e o enfrentamento dos problemas suscitados pelas desigualdades sociais, raciais e de gênero, que afloram cotidianamente nas escolas. Este artigo é um recorte de nossa pesquisa de doutorado em curso, a qual busca investigar como o racismo e a violência letal contra adolescentes e jovens negros são percebidos e enfrentados nas práticas cotidianas e discursivas no contexto escolar. A realidade em que estão inseridos adolescentes e jovens negros é de perigo e constante estado de alerta. Os números a respeito do assassinato de jovens negros, segundo o Atlas da Violência (2025, p. 73), mostram que, em 2023, uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que uma pessoa não negra. O presente artigo discorre sobre como cheguei à elaboração do problema de pesquisa, entrelaçando metodologicamente excertos de minha memória e experiência como educadora na escola pública com as reflexões teóricas dos estudos da linguagem, mais especificamente a sociologia e a filosofia da linguagem elaboradas por Bakhtin, Volóchinov e seu Círculo de colaboradores (BAKHTIN, 2003).

Palavras-chave: Racismo. Dialogismo. Escola

ABSTRACT: The school is a place of complexity and challenges. One of the great challenges of the present day, especially for Brazilian public education, is the recognition and confrontation of problems raised by the social, racial, and gender inequalities that emerge daily in schools. This article is an excerpt from our ongoing doctoral research, which seeks to investigate how racism and lethal violence against Black adolescents and youth are perceived and confronted in daily practices and discourse within the school context. The reality in which Black adolescents and youth are situated is one of danger and a constant state of alert. According to the Atlas of Violence (2025, p. 73), the figures regarding the murder of Black youth show that in 2023, a Black person was 2.7 times more likely to be a victim of homicide than a non-Black person. This article discusses how I arrived at the formulation of the research problem, methodologically intertwining excerpts from my memory and experience as an educator in public school with the theoretical reflections from language studies, specifically the sociology and philosophy of language developed by Bakhtin, Volóshinov, and their Circle of collaborators (BAKHTIN, 2003).

Keywords: Racism. Dialogism. School

INTRODUÇÃO

O artigo ora apresentado é parte da pesquisa de doutoramento em andamento, intitulada “A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: O que se fala e o que se cala quando o assunto é a violência letal contra a juventude negra”. O objetivo dessa pesquisa é analisar enunciados que circulam na esfera educacional acerca do referido tema, buscando compreender que papel educadoras e educadores atribuem à escola e aos processos educativos diante de tal realidade e como sua atuação se materializa nos discursos dos profissionais envolvidos.

Neste artigo, em particular, apresento um recorte do texto da tese em que discorro sobre como cheguei à elaboração do problema de pesquisa, entrelaçando metodologicamente excertos de minha memória e experiência como educadora na escola pública com as reflexões teóricas dos estudos da linguagem, mais especificamente a sociologia e a filosofia da linguagem elaboradas por Bakhtin, Volóchinov e seu Círculo de colaboradores.

COLOCANDO OS PÉS NO CAMINHO DA PESQUISA

UMA MANCHA DE SANGUE

Eu tentei fugir
Fingir que não vi
Mas não suportei
Desabei
Tô aqui chorando

Eu preferia estar gritando gol
Reclamando de quem reclama
do cabelo fake do Neymar

Mas uma mancha de sangue
Num uniforme de escola pública
Tingiu de vermelho minha retina

E eu choro

Choro o filho
E choro a mãe
Choro o assassino
E o Estado
Que transforma policiais em assassinos

Choro as crianças enjauladas
Chamando papai e mamãe
E choro o sistema
Que criou monstros
Capazes de enjaular crianças
Que choram
Chamando papai e mamãe

E choro eu
Choro por mim
Que não estou fazendo nada

Sabendo no fundo do meu coração
Que o filho morto foi de outra
Mas que poderia
Pode a qualquer hora e momento
Ser um dos meus

Tá lá um corpo estendido no chão
Tá lá uma mãe velando o corpo de um filho
Tá lá na manchete a foto de um gol

E a nossa indiferença
servindo de amém

(Lucilaine Reis)

Eu escrevi o poema da epígrafe em 2018, durante a Copa do Mundo de Futebol masculino. Também durante a Copa do Mundo, no dia vinte de junho do referido ano, foi baleado pelas costas o menino Marcos Vinícius Silva, de 14 anos, quando ia para a escola, na favela da Maré, no município do Rio de Janeiro. Ele estava vestido com o uniforme da Rede Municipal.

Minha primeira reação a essa notícia foi tentar ignorar. Rolar depressa o mural de notícias das minhas redes sociais, não clicar em nenhum *link*, não assistir noticiários, fugir

da sala dos professores quando começavam a tocar no assunto. Passei o dia seguinte tentando não ver, nem ouvir nada sobre o fato. Estava, obviamente, tentando fugir da dor que aquela mancha de sangue naquele uniforme de escola pública me provocava. Mas não há para onde fugir quando a realidade nos assalta dessa maneira. O poema acima é fruto do mergulho, inevitável, nesse acontecimento e a pesquisa de doutorado talvez seja fruto, não do poema em si, mas do reconhecimento da importância deste tema na minha vida, que o nascimento desse poema me fez perceber.

Os últimos versos do poema, “E a nossa indiferença / servindo de amém”, não é uma acusação a outros, mas naquele momento dirigida a mim mesma, à minha fútil tentativa de passar por essa tragédia sem sentir dor. Mas que ser humano eu seria, se conseguisse passar sem olhar para essa realidade tão absurda que nos ataca cotidianamente?

Agora mesmo enquanto escrevo, choro. Choro quando escrevo, quando leio, quando falo sobre o assunto. A dor é tão intensa que me pergunto diuturnamente se conseguirei chegar ao final dessa pesquisa. Mas, se persisto nesse caminho, tão intenso e difícil, é porque é necessário. Porque acredito que nossas crianças, adolescentes e jovens precisam ter o direito à vida garantido, o direito de sonhar com um futuro.

É por isso que é necessário falar dos meninos mortos. É necessário mantê-los em nossa memória e em nossos discursos, para que continuem existindo. Para que, mantidos vivos pela linguagem, não sejam apagados pelo nosso silêncio. Mas, junto com esse movimento de narrar a realidade, precisamos fazer um segundo movimento, nos perguntar como transformar essa realidade, para que nossas crianças, adolescentes e jovens não sigam sendo extermínados cotidianamente, enquanto nossas vidas seguem numa absurda normalidade.

Aqui é importante dizer que, ao dirigir as perguntas à escola e aos seus profissionais, não o faço como algum tipo de culpabilização. Pergunto para a escola, porque é minha área de atuação e, portanto, de pesquisa. Mas poderia perguntar para a Saúde, para a Assistência Social, para a Segurança Pública, para os Movimentos Comunitários. Acredito mesmo que

todos os movimentos sociais e todas as áreas das políticas públicas deveriam se fazer estas perguntas. Como acredito no poder transformador das relações educativas, dirijo meus questionamentos à escola.

Essa pesquisa, portanto, não se reivindica neutra. Ela já parte de uma tomada de posição: aquela construída e consolidada pelos movimentos negros brasileiros nos últimos 100 anos. O Brasil é um país racista. O racismo está entranhado e permeia as relações sociais brasileiras. É o racismo que possibilita/permite/estimula que adolescentes e jovens negros brasileiros sejam exterminados cotidianamente, sem que haja maiores convulsões sociais no país (Almeida, 2019; Ramos, 2021; Gonzales, 2020; Ortegal, 2019; Gomes; Laborne, 2018; Valenzuela Arce, 2015 e 2022; Nascimento, 2016; Munanga e Gomes, 2004).

O que buscamos investigar é qual a percepção que educadores e educadoras têm dessa realidade. Se acreditam que podem transformá-la, ou se sentem impotentes diante dela. Olhar o espelho das nossas histórias e trajetórias, encontrando também potência e possibilidade de transformação social.

Assim, também eu pretendo olhar para minha trajetória de educadora, refazendo os passos que percorri nos últimos trinta anos e que me fazem estar neste momento da minha história, escrevendo esta pesquisa.

FALANDO DE MEMÓRIA, ENCONTROS DE MORTE E VIDA

Eu comecei a dar aulas antes de terminar o curso, em nível médio, de Formação de Professores (antigo Normal). Estava com dezessete anos, cursando o segundo ano, quando decidi parar de estudar e procurar um emprego. Cansada de acordar todos os dias às cinco da manhã, caminhar um quilômetro até a pista da rodovia, pegar dois ônibus, passar o dia inteiro na escola, não ter dinheiro para o lanche, para o material dos muitos trabalhos, para sair nos finais de semana, ou para comprar roupas ou calçados, decidi que não dava para esperar. Depois de avisar aos amigos que estava procurando emprego, preencher currículos e percorrer o comércio da minha cidade tentando ser contratada, fiquei sabendo que o Projeto

MOVA - Angra (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de Angra dos Reis) estava com processo seletivo aberto e a escolaridade exigida para monitor era o Ensino Fundamental completo. As aulas ocorriam à noite e eu não precisaria parar de estudar. Foi assim que me tornei alfabetizadora e educadora popular, antes mesmo de me formar professora.

Em 1993, trabalhei com uma turma de mulheres catadeiras de marisco, no meu próprio bairro, chamado Tararaca. Em 1994, trabalhei no Núcleo da Criança e Adolescente, no bairro da Nova Angra. Uma turma de alfabetização com doze adolescentes: dez meninos e duas meninas. A mais nova tinha nove anos, o mais velho, dezoito. Eu também estava com dezoito anos à época e, para além das relações entre educadora e educandos, nós desenvolvemos forte relação de amizade e convivência. Alguns chegaram a passar o Natal na minha casa e eu passei a ter laços também com membros de suas famílias. O trabalho se descontinuou, porque ao final do ano eu terminei o Ensino Médio e me encaminhei para uma nova experiência profissional.

Conto essa história, para ao final dizer que do grupo de dez meninos, dois foram assassinados poucos anos depois do nosso período de convivência. A perda desses dois meninos e as que vieram depois, ao longo destes quase trinta anos, como professora e pedagoga, deixaram profundas cicatrizes tanto na minha trajetória profissional, quanto nas outras dimensões da minha existência. Em 2021, perdi mais um aluno adolescente, de quinze anos. Falarei mais detalhadamente sobre ele abaixo.

Aqui preciso trazer uma outra reflexão, que complementa essa. Não há apenas perdas nessa trajetória. Há muitas vitórias, embora às vezes elas fiquem embotadas, diante da crueza dos dias. Vou narrar apenas uma, porque sinto que é necessário modalizar, para não fazer parecer que o magistério é sempre dor e sofrimento.

Há cerca de dez anos, estava andando pelo Centro de Angra dos Reis, quando um jovem adulto, entre vinte e trinta anos, veio falar comigo. Eu não o reconheci de pronto, mas ele disse seu nome e quando sorriu era o mesmo sorriso de menino de que eu me lembra.

Ele estava com a esposa e a filha de quatro anos. Ao nos apresentar, ele falou para a esposa que eu era a professora de quem ele tanto falava e que tinha sido muito importante para ele. E ele queria que eu visse que ele estava bem, feliz, que tinha trabalho, casa e uma família. Era importante para ele que eu soubesse que ele tinha conseguido. Ele sabia que, para mim, também era importante que eu soubesse. E foi.

Durante muito tempo eu carreguei junto com a lembrança daquele menino um sentimento de culpa. A vida dele havia sido muito difícil, ele morava com o pai, alcoólatra e violento, e era proibido de ver mãe, por quem era profundamente apaixonado, o que fazia com que fosse um menino de comportamento muito instável, às vezes explosivo com as outras crianças, mas também muito doce e carinhoso. Na escola, desenvolvemos uma série de ações para tentar amenizar a dificuldade de sua vida e ajudá-lo na convivência com os demais. Ele mudou de escola pouco tempo depois e perdemos contato. Durante um bom tempo eu acreditei ter falhado com ele. Mas naquele dia, ele me fez ver que não temos como saber o impacto que provocamos na vida do outro. Também não temos como prever o futuro, embora possamos lutar por ele.

Essa pesquisa é também por aqueles que sobrevivem, que contrariam as estatísticas, que seguem sonhando. Que eles possam ser muito mais ainda.

ENCONTROS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: ENTRE A PESQUISA E O SER E ESTAR COM OS ESTUDANTES

A escola é lugar de complexidade e desafios. Um dos grandes desafios postos na atualidade para a educação e em especial para a educação pública brasileira é o reconhecimento e o enfrentamento dos problemas suscitados pelas desigualdades sociais, raciais e de gênero, que afloram cotidianamente nas escolas.

São muitas as injustiças históricas que estruturam a sociedade brasileira, refletindo-se e refratando-se (Volóchinov, 2019) no cotidiano escolar. Nesta pesquisa,

Extermínio, genocídio e juvenicídio: quando a ferida aberta pela perda de estudantes se transforma em um projeto de pesquisa e resistência

voltaremos nossos olhos para uma delas: o racismo e a violência contra adolescentes e jovens negros.

Gomes e Laborne (2018), ao tratar do extermínio da juventude negra, nos falam sobre a existência de uma Pedagogia da Crueldade, na qual jovens negros aprendem a viver cotidianamente com medo:

O estereótipo do suspeito número um e a imagem que amedronta a classe média é: o jovem negro da favela com alguma coisa na mão que sempre será interpretada pela polícia como arma ou droga, mesmo que seja somente um saquinho de pipoca. Como me disse um jovem negro militante: “No Brasil, a cor do medo é negra!” (Gomes; Laborne, 2018, p. 4)

Assim, ao propormos uma pesquisa que se quer relevante para a escola e para a educação pública, voltamos nossos olhos para esse grupo minorizado e nos perguntamos em que medida esse contexto de violência vivido pelos meninos negros interfere em suas trajetórias escolares.

Em um dos meus encontros com organizações da juventude negra uma jovem me fez uma afirmação de muita lucidez e sofrimento para alguém com apenas 20 anos de idade. Segundo ela: “A vida do jovem negro não tem valor. Qualquer um pode nos matar. Somos um incômodo para essa sociedade. Somos vistos como extermináveis para a polícia, para o tráfico, para as milícias, para a classe média. Não podemos circular na cidade sem olhares de medo e de reprovação. Isso não é vida.” (Gomes; Laborne, 2018, p.3-4)

A realidade em que estão inseridos adolescentes e jovens negros é de perigo constante e constante estado de alerta, já que os números a respeito do assassinato de jovens negros seriam aterradores, se não fossem tão normalizados pela nossa sociedade. Segundo o Atlas da Violência (2025, p. 73): “em 2023, uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que uma pessoa não negra – aumento de 15,6% em relação a 2013”. Corroborando com os dados apresentados, trago também, meus próprios excertos de memória, registro da convivência com adolescentes negros, numa escola pública de Niterói.

Para fazê-lo, no entanto, preciso mergulhar nas tessituras da minha experiência pessoal nas minhas vivências e nos encontros que me fizeram, a educadora que me tornei e na pesquisadora em que me constituo. São muitas as vozes que carrego comigo na trajetória para chegar até aqui: estudantes, professoras e professores, famílias, funcionários e funcionárias. Foram muitos os diálogos traçados, muitas as escutas emocionadas, de modo que, neste momento, ao discorrer trazendo essas vozes, reconheço que não há fronteira entre as palavras minhas e as palavras outras (Volóchinov, 2018), que agora se encontram e se confundem.

Reconheço o potencial de falibilidade da memória deste movimento, mas ainda assim persisto nesse contar, porque um dos meninos de quem falarei, já não está mais entre nós e o trazer a sua voz para este texto (ainda que na minha própria voz), é também uma forma de mantê-lo vivo neste trabalho e na minha vida. Neste sentido me auxílio em Evaristo (2022), quando nos fala sobre o desafio e escutar e de contar:

Creio mesmo que não devemos desprezar as minúcias de um relato, se quisermos nos aproximar o mais possível da história em sua quase totalidade [...] E por que digo quase? Porque, por minhas andanças nos caminhos da escuta e do contar, sinto, depois, que pedaços da matéria-prima, do relato original, vão se perdendo pelos caminhos. Se contar o acontecido já é uma traição com o vivido, pois, muitas vezes, se trata de uma reconstrução malfeita das lembranças, recontar o que ouvimos pode ser uma dupla traição. Por isso, recontar é um trabalho perene, infindo. (Evaristo, 2022. p. 7)

No entanto, ainda que correndo os riscos da traição, de que nos fala a autora, tentarei. Porque silenciar, não contar, poderia caracterizar outra forma de traição, a do apagamento e do silenciamento.

Atualmente sou pedagoga da Rede Municipal de Educação de Niterói e atuei numa escola de anos finais do Ensino Fundamental, na Região Oceânica, por sete anos. Como citei mais acima, no ano de 2021, um aluno de 15 anos da minha escola foi assassinado. Um aluno com quem eu tinha especial afinidade. E esse sentimento de perda me trouxe a vontade de ao

menos fazer com que sua voz permanecesse e as conversas que tivemos não se evaporassem para sempre.

No início do ano de 2018 eu conheci Carlos¹. Ele foi levado à minha sala com um grupo de quatro alunos que haviam causado “tumulto” na aula de História. A professora relatou que ela havia pedido várias vezes que se sentassem, mas eles continuavam circulando pela sala conversando e fazendo bagunça. Deixou os alunos comigo e voltou para continuar a aula.

Eles falavam todos juntos, tentando explicar o que tinha acontecido, menos um deles (Carlos), que permanecia em silêncio. Então eu pedi que falassem um de cada vez e para Carlos falar primeiro. Ele, sentado meio torto na cadeira, de braços cruzados e fazendo cara de mau, disse:

- Ânh! Ânh! Pra que quê que eu vou falar? Você não vai acreditar em mim mesmo.

E eu perguntei a ele por que eu não acreditaria. E ele respondeu:

- Vocês nunca acreditam. Ninguém acredita. Pra vocês o errado sempre serei eu.

Um aspecto central se destaca nessa interação, recuperada de memória: a entonação como elemento significativo e avaliativo. De acordo com Volóchinov (2019, p. 127, grifos do autor):

[...] toda entonação se orienta em *duas direções*: para o ouvinte, como cúmplice ou testemunha, e para o objeto do enunciado, como um terceiro participante vivo, o qual a entonação xinga, acaricia, aniquila ou eleva. *Essa orientação social dupla determina e atribui sentido a todos os aspectos da entonação.*

No que diz respeito à orientação para o ouvinte (no caso eu, um membro da equipe pedagógica da escola), a entonação mostra que não há qualquer expectativa de que este compartilhe as avaliações do falante acerca do objeto do enunciado. O interlocutor, no caso, não é visto como “coro de apoio” (Volóchinov, 2019, p. 124), mas como alguém com cujo consentimento o falante não poderá contar, o que é sinalizado tanto pelo silêncio inicial de

¹ Nomes fictícios foram atribuídos a todas as pessoas citadas no texto, com o objetivo de preservar suas identidades.

Carlos, quanto por seu tom desafiador quando instado a falar. Conforme Volóchinov (2019, p. 124), se “uma pessoa pressupõe que o outro discorda dela ou ao menos não tem certeza ou duvida de sua concordância”, a entonação pode adquirir “as tonalidades de desafio, de irritação com o interlocutor”, ou simplesmente reduzir-se “ao mínimo”.

Já no que se refere ao objeto do enunciado, a injustiça – quase personificada - com que o falante, provavelmente, foi tratado aprioristicamente em sua experiência escolar anterior, a entonação é a de uma “indignação crítica ativa”, que nesse caso se estende ao ouvinte por força de sua condição profissional e posição na interação. Tanto a entonação quanto os demais elementos do enunciado verbal de Carlos, recuperados por minha memória, indicam uma compreensão, ainda que intuitiva, clara e plena de revolta, das “relações sociais existentes entre os interlocutores, determinadas pela posição de cada um na estrutura social”, e seu reflexo no valor que se atribui à importância, verdade ou beleza do que é dito.

Naquele dia, eu percebi que ouvir Carlos seria uma tarefa importante e um desafio. Seu tom de voz era desafiador e desesperançado, mas havia em sua postura um conjunto de não ditos que me levaram a acreditar que teríamos muitas boas conversas, e tivemos. Naquele dia mesmo, ele me contou a razão da confusão em sala de aula:

Não tem esse menor aqui? - disse ele indicando Flávio - ele não sabe ler e eu tô ajudando ele a copiar. Então toda hora eu tenho que ver onde que ele tá e mostrar no quadro onde é que tá. E esse outro menor aqui, ele sabe ler, mas ele copia devagar, então toda hora se perde também e me pede ajuda, aí a professora apagou o lado que ele tava e eu tava emprestando meu caderno pra ele, mas aí me atrasei também. E esse outro menor aqui não tem desculpa não, ele estava fazendo bagunça mesmo e tacando borracha nos outros, aí eu falei que ia dar uns tapas nele, aí a professora viu e trouxe nós tudo pra cá. E agora nós vamos tudo se ferrar.

Diante desse excerto de memória, muitas questões poderiam ser tratadas, uma delas sem dúvida o fato de Carlos ter sido a primeira pessoa a perceber que em sua turma de sexto ano, havia um aluno que não sabia ler e outro com TDAH e ter se disposto a ajudá-los. Mas

nosso objetivo é pensar na declaração enfática de Carlos, de que não acreditariamos nas palavras dele.

Aqui vale uma descrição: Carlos era um menino negro, alto, um ano mais velho que os demais e estava sempre com um cordão de prata pendurado no pescoço. Fazia cara de mau quando confrontado, mas tinha um dos sorrisos mais meigos que já encontrei na escola.

A fala de Carlos me fez pensar, já naquela época, que ele sabia que, para muitos, sua palavra teria menos valor. Que por ser negro e pobre, seria julgado muito mais por sua origem e cor da pele, do que seus atos ou palavras. Essa ideia veio se construindo para mim ao longo dos anos a partir de uma série de experiências com esses meninos negros, em sua maioria moradores de favela.

Numa determinada ocasião eu estava conversando com um aluno e me chamaram para atender ao telefone. Eu saí da sala e quando voltei o aluno me esperava do lado de fora, no corredor. Eu perguntei por que ele não esperou na sala, ao que ele disse, meio rindo, meio constrangido:

- Tá maluca! Sua bolsa tá em cima da mesa. Depois some alguma coisa, todo mundo vai dizer que fui eu.

Numa terceira situação, um aluno muito revoltado me disse que não adiantava nada ele tentar ser uma pessoa boa, já que ele não tinha feito nada e a polícia tinha invadido sua casa à procura de criminosos. Ele estava no banho, sozinho em casa quando a porta foi arrombada e ele, nu, viu sua residência e sua vida serem reviradas. Depois disso passou a morar com a madrinha (fora da favela), não conseguia mais dormir direito e passou a ter um comportamento mais ‘agressivo’ com colegas e professores. Em conversa comigo, disse que não valia a pena ser bom, porque de qualquer maneira iam tratá-lo como bandido.

Em uma situação ligeiramente diversa, mas ainda relacionada à questão, encontra-se o relato de Fabrício. Diferente dos outros meninos, Fabrício não era morador de favela, nem estava em distorção na relação entre série e idade. Ao contrário, Fabrício estava um ano adiantado na turma, era filho de classe média e um dos alunos mais interessados e

participativos da escola; em comum com os outros, tinha a pele negra. Fabrício uma vez, numa roda de conversa, contou sorrindo como quem narra um filme de ação: “*Vocês tão ligados que esse tal de racismo mata, né? Eu quase morri.*”. Então ele continuou dizendo que estava na farmácia, para a mãe dele, quando policiais entraram e apontaram a arma para ele, o jogaram no chão, algemaram e fizeram perguntas que ele não soube responder. Depois foram embora e ele ficou lá, tremendo, e a dona da farmácia, que conhecia sua família, ligou para os seus pais, que foram buscá-lo. Ele disse que, naquele momento, achou verdadeiramente que ia morrer e que nunca mais foi o mesmo.

Muitos outros relatos poderiam ser trazidos para demonstrar a violência por que passam os adolescentes e jovens negros cotidianamente.

A trajetória que tive na escola pública, seja como professora regente dos anos iniciais, seja como Orientadora Educacional ou Pedagoga, me possibilitou viver essas experiências, escutar e interagir com esses estudantes, talvez ajudá-los, ainda que de forma limitada, em suas trajetórias. Trazer, para minha tese de doutorado, a experiência com estes meninos e meninas, carregá-los comigo do início ao fim da pesquisa, tem sido um processo de aprofundamento na minha experiência como educadora e como pesquisadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no início do artigo, este é o texto que apresenta e introduz a pesquisa de doutoramento, que tem por tema a violência letal contra juventude negra e os enunciados produzidos por professores e professoras acerca dessa questão. Ao longo desses quatro anos, foram produzidas e se encontram em processo de análise, trinta e cinco entrevistas com professores e professoras da Educação Básica da Rede Pública, no Estado do Rio de Janeiro. Nessas entrevistas, narram a experiência com a perda de estudantes, elaboram reflexões sobre a escola, a segurança pública, as desigualdades sociais, sobre o racismo e a luta antirracista.

Os textos produzidos pelas educadoras e educadores serão apresentados na tese, que ora se constrói e será objeto de outros artigos e publicações. Para este momento, a intenção da reflexão que aqui se encerra, foi trazer a minha própria experiência como educadora com o tema. Experiência esta que se entremeia e dialoga todo o tempo, tanto com a experiência dos/das professores (as) entrevistados (as), como com a pesquisa documental e de estado da arte que vem sendo sistematizada.

Finalizo o texto, reafirmando que, ainda que esta pesquisa seja *sobre* a juventude negra e periférica e o que nós educadores e educadoras temos a dizer sobre as vivências com eles e elas, é também *com* eles e elas, na medida em que nossos relatos e reflexões, trazem, o tempo todo, suas presenças e suas ausências. Se é por uma educação de qualidade que lutamos diuturnamente, só podemos fazê-lo junto deles e delas (Freire, 2022). E, se falamos o tempo inteiro sobre a educação como um direito, precisamos, no âmbito da Educação e das demais políticas públicas, estar sempre reafirmando o mais importante de todos os direitos: o direito à vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. v. (Coleção Feminismos Plurais)
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4 ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2025**. Brasília: IPEA, 2025.
- EVARISTO, C. **Canção para ninar menino grande**. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- GOMES, N. L; LABORNE, A. A. P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. In: EDUR: **Educação em revista**. 2018; vol. 34. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/yyLS3jZvjjzrvqOXQc6Lp9k/?lang=pt#> Acesso em: 09 de mar. 2025.

REIS, L.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 1a edição.

MUNANGA, K; GOMES, N. L. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Global, 2004.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectivas, 2016.

ORTEGAL, L. **Atos de reexistência: juventude negra, reinvenções e resistência anti-extermínio.** 2019. 158 f. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RAMOS, P. C. **Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018).** 2021. 328 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

VALENZUELA ARCE, J. M. **Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precárias en America Latina y España/** José Manuel Valeunzuela, coord. – Barcelona: Ned Ediciones; - Guadalajara: ITESO; - Tijuana: El Colegio de la Fontera Norte, 2015.

VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia: Ensaios, artigos, resenhas e poemas.** Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

SOBRE A AUTORA:

Lucilaine Maria da Silva Reis é doutoranda no Programa de Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (2005) e mestrado em Educação pela mesma Universidade. Atualmente é pedagoga da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói. Seus temas de reflexão perpassam: infâncias, adolescências e juventudes, inserção e vivência na escola pública, diálogos e desafios cotidianos, educação para as relações étnico-raciais, violência letal contra a juventude negra e periférica, entre outros. Para além da vida acadêmica, Lucilaine é mãe e avó, escritora de literatura infanto-juvenil, poeta, saxofonista, compositora e militante pela vida e pelos direitos humanos. Lattes: https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do;jsessionid=8B91B5403679DF2A1A825DFD13A2175B.buscatextual_o